

Relatos de Experiência

DOI: <http://dx.doi.org/10.17143/rbaad.v17i1.21>

Análise de Procedimento Teórico-pedagógico Aplicado à Correção de Atividade em Educação a Distância: Estudo de Caso no Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Analysis of a Theoretical Pedagogical Procedure Applied to an Activity Correction in Distance Education: Case Study in the Technical Course on Safety of Work in the “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”

Análisis de Procedimiento Teórico-pedagógico Aplicado a la Corrección de Actividad en Educación a Distancia: Estudio de Caso en el Curso Técnico en Seguridad del Trabajo del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Paraíba

Ana Celecina Lucena da Costa Rangel¹, Braulio Roberto Rangel da Silva²

Resumo

Com a introdução da educação a distância no Brasil, novas problemáticas surgiram, em especial, no pertinente às bases pedagógicas e

¹ Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraíba. Endereço: Rua Rodrigues de Aquino, 37, Centro – João Pessoa – PB – Brasil.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Endereço: Avenida Almirante Barroso, 1077, Centro – João Pessoa – PB – Brasil

metodológicas utilizadas nos cursos ofertados, tanto no ensino público como no privado. Assim, o presente artigo analisou a atividade “glossário”, no âmbito da disciplina de “Direito aplicado à segurança e saúde no trabalho”, do curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, apresentando conceitos e reflexões acerca da temática. Assentou-se nas seguintes bases metodológicas: empírica, estudo de caso, pelo uso dos métodos dedutivo, qualitativo e bibliográfico-documental e, para a análise dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo. Dentre os resultados obtidos, demonstrou-se a não-existência de parâmetros específicos para a correção das atividades *online* na referida disciplina, sendo de livre estipulação pelo professor formador da disciplina, e dos quais o tutor não participa. A legislação e o Projeto Pedagógico do curso corroboram para a omissão no estabelecimento daqueles critérios. Entende-se, por fim, que a não-participação do tutor nas etapas de planejamento do curso, incluídos nisso os critérios correicionais, contribui para um cenário de incertezas e despreparo na educação a distância brasileira.

Palavras-chave: Educação a distância. Metodologia. Avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

Abstract

With the introduction of distance education in Brazil, new problems have arisen, especially in relation to the pedagogical and methodological bases used in the offered courses, both in public and private education. To prove this assertion, it was analyzed in this article the “glossary” activity, in the scope of the “Occupational safety and health law discipline”, of the Technical Course in Work Safety in “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”, presenting concepts and reflections on the theme. It was based on the following methodological basis: empirical case study, the use of deductive methods, qualitative and bibliographic and documentary, and data analysis, we used the content analysis. Among the results, it was demonstrated that there are no specific parameters for the correction of online activities in that course, being freely stipulated by the teacher, and in which the tutor does not participate. The legislation and

the Education Programme of the course corroborate in the failure to establish those parameters. In sum, we understand that the non-participation of the tutor in the course of the planning stages, including correction criteria, contribute to a scenario of uncertainty and lack of preparation in distance education in Brazil.

Keywords: Distance education. Methodology. Evaluation of teaching-learning process.

Resumen

Con la introducción de la educación a distancia en Brasil, han surgido nuevos problemas, particularmente relevantes para las bases pedagógicas y metodológicas utilizadas en los cursos que se ofrecen, en la educación pública y privada. Para demostrar esta afirmación, este artículo analiza la actividad “glosario”, bajo de la disciplina de legislación aplicada a la seguridad y salud en el trabajo, de el curso Técnico de Seguridad en el Trabajo de el Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, presentando los conceptos y reflexiones sobre el tema. Se basó en la siguiente base metodológica: estudio empírico, estudio de caso, el uso de métodos deductivos, cualitativos y bibliográficos y documentales, y en el análisis de datos, se utilizó de la análisis de contenido. Entre los resultados, se ha demostrado que no hay parámetros específicos para la corrección de las actividades en línea en ese supuesto curso, siendo ellos de libre estipulación por el maestro formador de la disciplina, y para donde el tutor no participa. La legislación y el Programa Pedagógico del curso corroboran la imposibilidad de establecer esos parámetros. Se entiende, por el último, que la no participación del tutor en las etapas de planificación de lo curso, que incluye los criterios de corrección, contribuye para un escenario de incertidumbre y falta de preparación en la educación a distancia de Brasil.

Palabras clave: Educación a distancia. Metodología. Evaluación del proceso de enseñanza y aprendizaje.

Introdução

O Moodle (2017) é uma plataforma de aprendizagem projetada por uma empresa australiana de 30 desenvolvedores, financeiramente apoiada por uma rede de 60 empresas de serviços *Moodle Partner* em todo o mundo. O seu objetivo consiste em fornecer ambientes de aprendizagem personalizados (*open-source*), seguros, multilíngues, integrados e que possam ser acessados em qualquer momento e localidade, posto serem baseados na *web*.

O predomínio de utilização do *software* livre e gratuito Moodle, sob a Licença Pública Geral (traduzida do inglês, *General Public License* (GNU)), nos cursos de educação a distância (EAD) efetivamente possibilitou um aumento considerável na oferta de cursos na modalidade *online*, tanto na educação formal (Universidades, Faculdades e Institutos, públicos e privados, voltados para a formação profissional de nível técnico, tecnológico, superior e pós-graduado), como na educação não formal (cursos de curta duração, etc.). Hoje, mais de 65 milhões de usuários, tanto no setor acadêmico como no empresarial, utilizam aquela plataforma de ensino (MOODLE, 2017).

Diante dessa oportunidade para o desenvolvimento da educação no âmbito nacional, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) vem ofertando cursos técnicos, superiores e de pós-graduação nessa modalidade educativa; dentro deles, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utiliza os seguintes objetos pedagógicos, disponibilizados na plataforma Moodle, para o fim de avaliação discente: fórum, *chat*, questionário, glossário, texto online, envio de arquivo único e *wikis*.

A linguagem utilizada nesse ambiente constitui fator relevante para a efetivação do processo de ensino-aprendizagem, ou a troca de saberes e conhecimentos, de forma qualitativa e colaborativa, condizente com a proposta de educação libertária de Paulo Freire (1987).

Diante disso, visando aperfeiçoar a prática no desenvolvimento das atividades pedagógicas na EAD, que estabeleçam, entre outros aspectos, parâmetros para a elaboração e correção daquelas, em uma atuação

colaborativa entre os seus profissionais, um questionamento fez-se premente: Quais as bases teórico-pedagógicas utilizadas para a correção das atividades realizadas pelos alunos no AVA, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba?

Para a realização da pesquisa, analisou-se especificamente o objeto pedagógico comumente denominado “glossário”, que, de acordo com o constante no Projeto Pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho (IFPB, 2013), constitui uma atividade que permite aos alunos criar uma lista de definições de forma colaborativa e contextualizada, de acordo com o conteúdo da disciplina ministrada, no formato de um dicionário.

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo geral analisar os procedimentos teórico-pedagógicos aplicados à correção da atividade “glossário”, no âmbito da disciplina de “Direito aplicado à segurança e saúde no trabalho”, período 2014.1, do curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Como objetivos específicos deste trabalho, podemos apresentar os seguintes: a) compreender o processo de ensino-aprendizagem no âmbito da disciplina de “Direito aplicado à segurança e saúde no trabalho”, período 2014.1, do curso Técnico em Segurança do Trabalho; b) delinear o objeto pedagógico “glossário”, no âmbito da disciplina de “Direito aplicado à segurança e saúde no trabalho”, período 2014.1, do curso Técnico em Segurança do Trabalho; c) refletir acerca dos critérios de correção do objeto pedagógico “glossário”, tanto no âmbito do curso Técnico em Segurança do Trabalho, como nos demais cursos *online* promovidos por instituições de ensino, atendidas as peculiaridades de cada caso.

Para este estudo, foram selecionadas respostas encaminhadas por alunos da disciplina de “Direito aplicado à segurança e saúde no trabalho”, no período 2014.1, do polo de Patos, via glossário, com o propósito de servir como material de referência para análise e aplicação prática do referido objeto pedagógico. O curso para o qual se destinam tais textos, bem como o nome do professor formador, do tutor e dos alunos são omitidos, a fim de que se preserve a identidade dos agentes envolvidos.

Logo, a pesquisa assentou-se nas seguintes bases metodológicas: empírica, por constituir estudo de caso, pelo uso dos métodos dedutivo, qualitativo e bibliográfico-documental (pesquisa indireta) e, especificamente, quanto à análise dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo.

Partindo dessa premissa, este artigo apresenta um estudo de caso referente à análise de atividade denominada “glossário”, no âmbito da disciplina de “Direito Aplicado à Segurança e Saúde no Trabalho”, período 2014.1, polo Patos, do curso Técnico em Segurança do Trabalho, como resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), da 2.º turma do curso de formação em tutoria, promovido para os tutores ingressantes no ano de 2014, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

Diante disso, e aliado ao empirismo deste estudo de caso (GIL, 2008), haja vista tratar-se de exame de atividades e procedimentos de correção no âmbito de instituição pública federal de ensino, os métodos dedutivo (PRODANOV; FREITAS, 2013) e qualitativo (LAKATOS; MARCONI, 1992) norteiam o trabalho e, especificamente quanto à análise dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo (LAKATOS; MARCONI, 2002).

Com a finalidade de amparar todo o estudo, concedendo-lhe o embasamento teórico pertinente, a pesquisa contempla um levantamento bibliográfico-documental (pesquisa indireta) de renomados autores, a exemplo do Vygosty, Freire, Hermida, entre outros, bem como da legislação pertinente e do projeto pedagógico do curso de Técnico em Segurança do Trabalho do IFPB.

Por fim, cabe ressaltar que a pesquisa realizada buscou introduzir conceitos e reflexões sobre os aspectos pedagógicos relevantes para a padronização, a colaboração e o fortalecimento da educação a distância que, separada do tecnicismo próprio da educação bancária, harmonize-se com uma educação libertadora e proporcionadora de uma integral aprendizagem do aluno em um ambiente virtual.

I. Apontamentos teóricos da Educação a distância

O processo de educação no Brasil vem passando por uma profunda mudança desde 1988, quando da vigência da Constituição Federal (BRASIL, 1988), dispondo, entre outros aspectos, acerca do direito fundamental e social à educação, e que orientou a feitura da legislação educacional em âmbito nacional (HERMIDA, 2011), inclusive para atender novas demandas, a exemplo da educação a distância.

A educação a distância *online* exsurge como um meio educacional diferenciado, em que o modelo libertário de ensino é o mais adequado, pois o conhecimento apreendido e compartilhado deve pautar-se no aspecto colaborativo, reflexivo e criativo, e não na imposição simples do conhecimento e sem possibilidade de discussão (FREIRE, 1987).

Da mesma maneira, a educação bancária, mecanizada, engessada, poderia até dizer, nos impõe uma educação orquestrada e sugestionável, com vistas a nos levar a um pensamento unificado, sem possibilidades de reflexão, e a nos transformarmos em seres domesticados e domesticáveis.

A visão bancária provoca a absolutização da ignorância (FREIRE, 1987), por não oportunizar que educador e educando estejam em patamar de igualdade quanto à dialogicidade do ensino-aprendizagem, estando aquele em posição de superioridade em comparação a este.

No mundo globalizado, em que informação e conhecimento transitam em todos os meios e de forma contínua e acessível a todos, e em que temos as redes sociais, a educação a distância *online* e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) a subsidiar tudo isso, essa forma de educação bancária não mais deve prevalecer, embora ainda exista, principalmente na educação presencial.

Corroborando com o mencionado anteriormente, Oliveira (1993), citando Vygotsky, afirma a necessidade e importância da intervenção e relação entre as pessoas, o que, no Ambiente Virtual de Aprendizagem, se dá entre o professor, o tutor e os alunos, para o desenvolvimento e promoção do saber em determinada instituição de ensino.

A atuação de todos os sujeitos do processo pedagógico, professores e tutores, deve se dar de forma integrada e colaborativa para com os alunos, de forma a instigar, interagir e compartilhar informações e experiências, motivando, assim, a permanência e a participação deles nos cursos de EAD, constituindo-se uma maneira de se evitar uma maior evasão escolar nesse meio de interação educacional.

Para o ensino *online*, além da Carta Magna e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) (BRASIL, 1996), tem-se o Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017), a regulamentar a referida lei, especificamente o seu art. 80.

A legislação é omissa quanto à estipulação de diretrizes no processo de avaliação das atividades realizadas por seus participantes, para a finalidade de promoção nas etapas necessárias à conclusão do curso. Somente o Anexo I da Resolução n.º 36/2009 (BRASIL, 2009) estabelece esta atribuição ao denominado professor pesquisador ou professor formador. Já ao tutor cabe auxiliá-lo na aplicação e correção das atividades *online*. Para o caso do presente estudo, o Projeto pedagógico do curso Técnico em Segurança do Trabalho, modalidade a distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, ratifica as citadas competências (IFPB, 2013).

Deste modo, incumbe aos professores tanto as prerrogativas relativas à elaboração como, subseqüentemente, o estabelecimento dos critérios avaliativos das atividades virtuais, que devem, igualmente, “levar em consideração o objetivo a ser alcançado com o respectivo conteúdo que esteja sendo ministrado” (SILVA, SARAMELLI, 2015, p. 6), buscando-se, finalisticamente, a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e profissional do discente.

Assim, buscará atender as políticas e legislação nacionais, bem como as particularidades de cada disciplina, curso e instituição promotora. A *Open University*, do Reino Unido (OUUK) (MAIA; MEIRELLES, 2002), conjuntamente com a Universidade Aberta de Portugal, constituem exemplos de instituições de ensino a distância que possuem parâmetros de avaliação e correção bem organizados e definidos, sendo, nesse sentir, reconhecidas mundialmente.

Outrossim, as etapas posteriores no processo de ensino-aprendizagem no ensino a distância, quais sejam, avaliação e *feedback*, de incumbência do tutor, são de fundamental importância para a promoção do desenvolvimento do aluno dentro do curso e da sua futura atuação profissional.

Na educação a distância, tem prevalecido a “avaliação formativa” do aluno, no sentido de analisar o seu desempenho através de “apontamentos de lacunas que precisam ser aprimoradas” durante todo o processo de ensino-aprendizagem (ARCHER; CRISPIM; CRUZ, 2016, p. 477). É nisso que consiste o *feedback*.

Abio, citando Nunes e Vilarinho (2013), apresenta alguns pressupostos essenciais para a realização de uma adequada avaliação *online*, entre os quais cabe ressaltar a dialogicidade e a clareza ao comunicar aos alunos quais são as etapas e atividades a serem realizadas, bem como os parâmetros em que as avaliações serão baseadas. Acrescente-se a estes fatores a necessidade de direcionamentos contínuos, claros, completos, específicos e preferencialmente imediatos (ARCHER; CRISPIM; CRUZ, 2016), quando da correção de cada uma das atividades do aprendiz.

Assim, o constante diálogo entre professor, tutor e aluno e a disponibilidade das orientações acerca do processo avaliativo aumentam a confiança e eliminam as dúvidas e receios (ABIO, 2013), viabilizando a permanência, a formação e uma efetiva qualificação do discente durante todo o percurso acadêmico.

2. Analisando a atividade glossário no âmbito do curso técnico em segurança do trabalho do ifpb

A partir do explicitado acima, apresentam-se os resultados do estudo de caso, relativamente a algumas das situações pelas quais os tutores e professores poderão passar quando da elaboração e correção das atividades na plataforma *Moodle*, utilizada no âmbito da educação a distância do IFPB, bem como em outras instituições de ensino.

A referida análise deu-se quando iniciada a atuação da autora como tutora na disciplina do último semestre do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, modalidade a distância, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, denominada “Direito aplicado à segurança e saúde no trabalho”, no ano de 2014. A duração total do curso é de dois anos.

No âmbito daquela instituição de ensino, os recém-contratados tutores e professores realizam um curso de formação em tutoria, a fim de vivenciarem a rotina do aluno em EAD, concomitantemente ao exercício de suas atribuições. Isso possibilitou um enfrentamento das práticas no AVA, bem como uma acurada reflexão acerca do relacionamento entre os atores sociais envolvidos naquele ambiente (professores, tutores, coordenadores e alunos), permitindo, assim, um trabalho colaborativo e qualitativo para os fins a que se destina.

Durante o curso de formação em tutoria, assim como em cada uma das disciplinas ofertadas pelo Curso Técnico em Segurança do Trabalho, modalidade a distância, do IFPB, os tutores/alunos realizaram atividades semanais diferenciadas, com base em um dado conteúdo específico, podendo-se constituir em um dos seguintes recursos, disponíveis no Moodle: fórum, chat, questionário, glossário, texto online, envio de arquivo único e wikis. Ao final do curso, elabora-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que consiste na produção de um relatório, decorrente das vivências da prática profissional (IFPB, 2013), a ser enviado pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem.

No caso em apreço, os tutores deveriam apresentar um estudo de caso para uma das atividades desenvolvidas na disciplina da qual exercem a função de tutoria. A atividade eleita foi a da Semana 13, período 2014.1, da disciplina de “Direito aplicado à segurança e saúde no trabalho” (Figura 1), que consistia em um glossário a ser desenvolvido pelos alunos matriculados na disciplina, permitindo a criação de termos relacionados ao conteúdo da semana, especificamente da Lei n.º 7.410, de 27 de novembro de 1985, que dispõe sobre a profissão de técnico em segurança do trabalho.

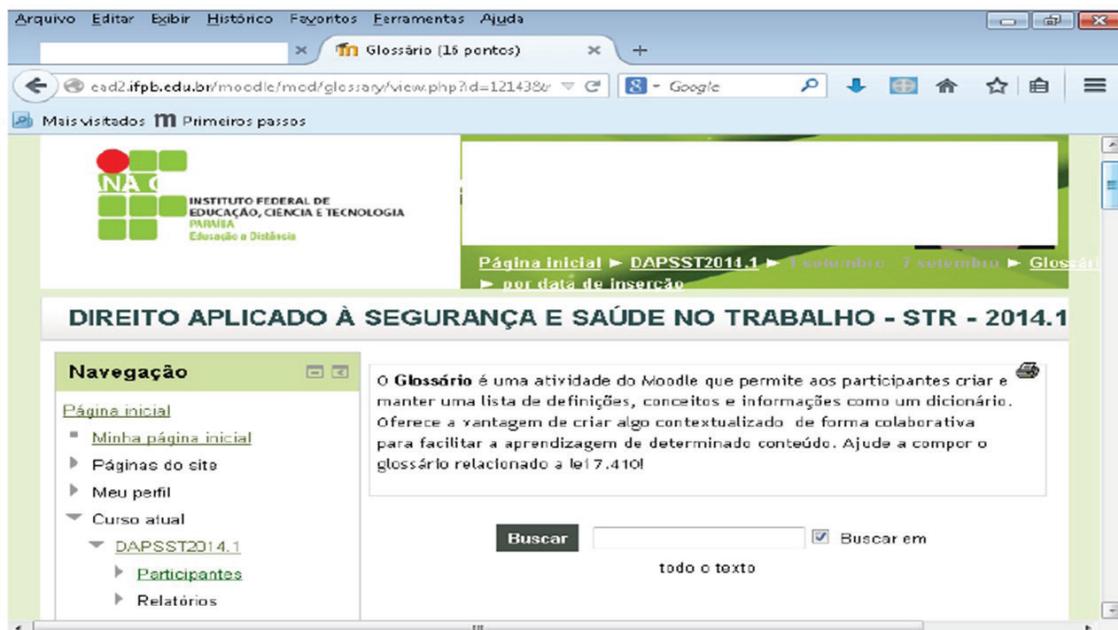


Figura 1: Conceito de glossário e atividade da Semana 13.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da plataforma *Moodle* do IFPB.

Já a Figura 2 delinea por quais parâmetros os alunos se baseariam para responder à atividade de glossário da mencionada Semana 13, que se restringia a determinar que cada aluno só pudesse enviar um termo, e estipulava, tão somente, o prazo para a sua realização e a pontuação máxima relativa àquela atividade. O professor formador não havia explicitado outras orientações para um melhor desempenho da tarefa pelos alunos.

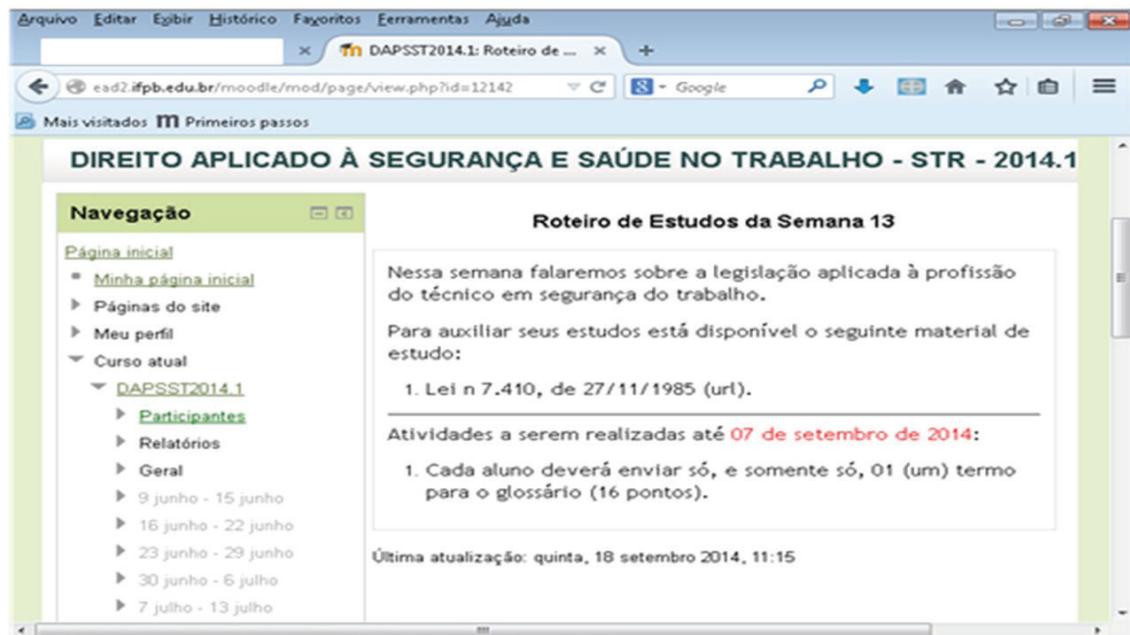


Figura 2: Parâmetros da atividade da Semana 13.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da plataforma *Moodle* do IFPB.

A atividade objeto deste relato de caso foi respondida por 17 (dezesete) alunos do Polo de Patos, que estavam matriculados na disciplina. Destes, apenas dois alunos responderam à atividade de forma idêntica, embora não concomitantemente, conforme demonstram as Figuras 3 e 4 abaixo.

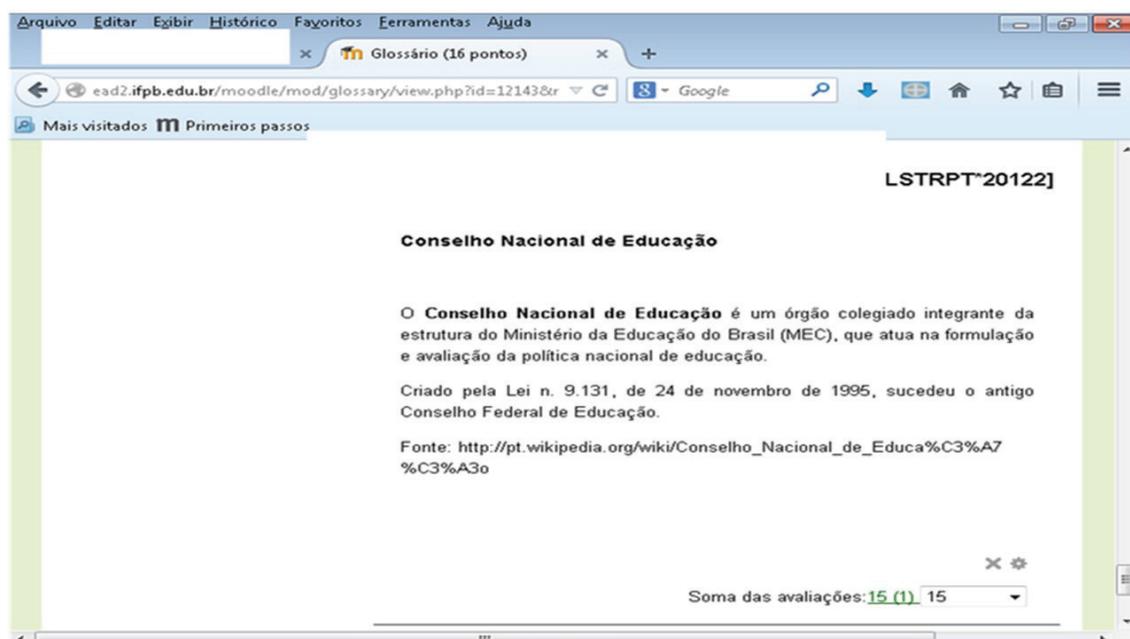


Figura 3: Primeira resposta

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da plataforma *Moodle* do IFPB.

No entanto, percebe-se que o primeiro aluno indicou a fonte utilizada para responder a tarefa.

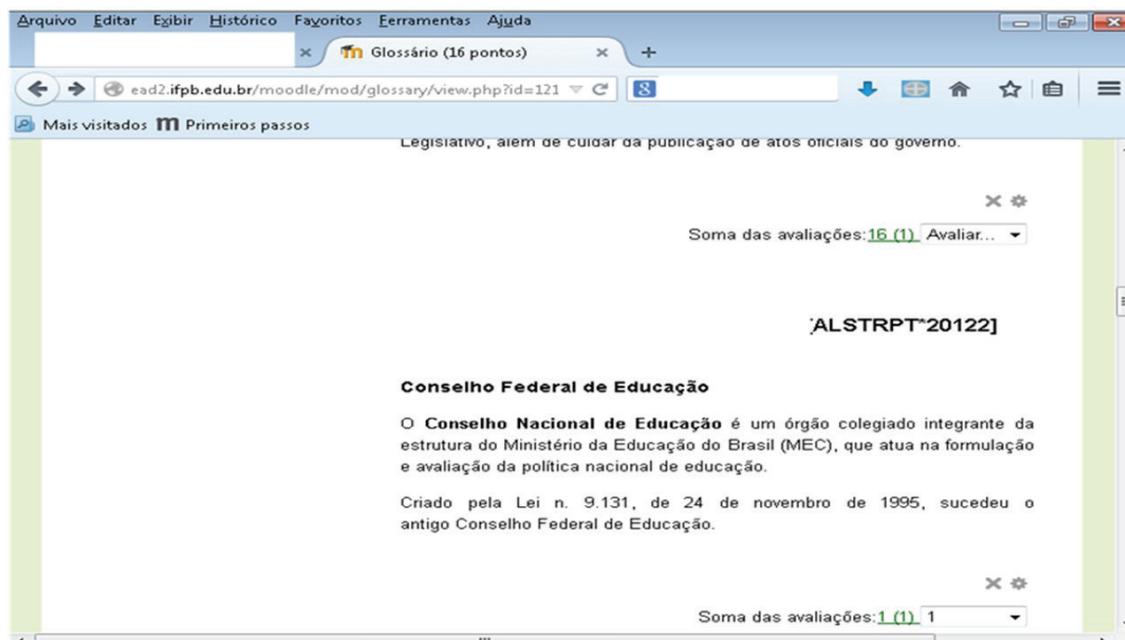


Figura 4: Segunda resposta

Fonte: Elaborado pela autora, a partir da plataforma *Moodle* do IFPB.

Cabe ressaltar que, à época da realização da referida pesquisa, o IFPB possuía mais 8 polos, quais sejam, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Guarabira, João Pessoa, Monteiro, Princesa Isabel e Sousa, além de Patos, que constituem cidades do Estado da Paraíba atendidas pela educação pública a distância em variados níveis (técnico, graduação e pós-graduação).

O curso Técnico em Segurança do Trabalho foi criado inicialmente no Polo de Patos, possuindo até a atualidade a sua coordenação geral, que estabelece, dentre outros aspectos, as diretrizes básicas pertinentes ao curso, razão pela qual foi o escolhido para a realização desta pesquisa.

Com vistas a uma escorreita avaliação dessa atividade, entrou-se em contato com os professores formadores do curso de formação de tutores, que orientaram para que a autora/tutora entrasse em contato com o professor formador da respectiva disciplina. Este, por sua vez, opinou sobre a metodologia de correção e, em seguida, enviou um comunicado

geral aos demais tutores, de como seria esse critério, aplicável a todas as modalidades de atividade (fórum, *chat*, questionário, glossário, texto *online*, envio de arquivo único e *wikis*).



Figura 5: Detalhamento dos parâmetros de correção das atividades
Fonte: Elaborado pela autora, a partir da plataforma *Moodle* do IFPB.

Conforme a Figura 5, o professor formador solicitou que os tutores empregassem a seguinte metodologia de correção:

caso sejam respostas idênticas e que não foram copiadas do material de estudo, deverá ser atribuído 0 (zero) à nota dos alunos que forneceram as respostas. No caso de resposta idêntica ao que consta no material de estudo, verificar se a questão exige o uso de respostas pessoais. Se exigir, o tutor está livre para atribuir a nota que considerar adequada. Para esse caso, sugiro atribuir nota 0 (zero).

Após solicitação da tutora, o professor formador enviou um informativo geral em um painel na plataforma, de acesso a todos os alunos da disciplina, alertando para que estes indicassem a fonte para as respostas dadas nas atividades, sob pena de cometimento de plágio. Entretanto, esta prescrição parece ter sido um pouco tardia, tendo em vista que a

disciplina de “Direito aplicado à segurança e saúde no trabalho” é ministrada no último período do curso, e a atividade em análise foi a da 13.º semana, ou seja, praticamente no final do período letivo de 2014.1.

No entanto, a situação possuía uma especificidade não abarcada pelas orientações, qual seja, apesar de possuir respostas idênticas, o primeiro aluno indicou a fonte utilizada para a resposta.

Posteriormente, e considerando que a tutora já havia orientado os alunos em semanas anteriores, através de *feedback*, para indicarem as referências bibliográficas quando respondessem às tarefas, procedeu-se à correção da atividade, atribuindo nota para o aluno que cronologicamente respondeu em primeiro lugar, pois este indicou a fonte utilizada para a resposta da atividade. Quanto ao aluno que respondeu a atividade em segundo lugar, a tutora tentou, por diversas vezes, atribuir nota zero, mas o sistema não permitiu. Por isso, conferiu a nota mínima, conforme demonstram as Figuras 3 e 4, respectivamente.

A atribuição das notas buscou, assim, minorar os efeitos deletérios da falta do estabelecimento prévio de parâmetros específicos para a correção do referido objeto pedagógico, de livre estipulação pelo professor formador da disciplina, dos quais o tutor (presencial e/ou a distância) não participa.

Diante dessa situação, percebeu-se que a falta de critérios mais objetivos e explícitos, tanto para que os alunos como para que os tutores efetivassem as correções dessas atividades, pode ter provocado a similaridade nas respostas.

Conjuntamente, é perceptível que o sistema não foi devidamente projetado para evitar respostas idênticas, o que pode dar margem à hipótese de plágio. E, entendido como a apropriação total ou parcial de conteúdo de titularidade de outros autores, sem referência expressa da fonte utilizada, o plágio constitui um dos tipos de violação que atenta contra a integridade acadêmica e os direitos de propriedade intelectual do autor (JOCOY; DIBIASE, 2006).

Abio, adaptando o que advogam Palloff e Pratt (2013, p. 82), indicou como possíveis técnicas para tratar o plágio: reduzir “o uso de situações

individuais e competitivas”, como o uso do objeto pedagógico “glossário”, verificar “as fontes citadas nos trabalhos dos alunos” e ensinar a eles “o que constitui um plágio”.

Por isso, e ainda que aquele recurso não permitisse dar *feedback* aos alunos, ou seja, uma resposta quanto aos erros e acertos cometidos, e que está presente nas demais modalidades de objetos pedagógicos citados neste artigo, a tutora entrou em contato com os dois alunos, justificando a nota atribuída e esclarecendo acerca do plágio.

A tutora ainda respondeu para outros alunos que enviaram mensagens para questionar sobre as notas aplicadas, indicando os critérios estabelecidos pelo professor formador nas quais as avaliações se basearam.

Considerações finais

A experiência como alunos da EAD, especificamente pela participação em curso de formação de tutores do IFPB, possibilita um desenvolvimento das capacidades e saberes relevantes para a efetiva atuação do tutor, que deve ser um lídimo “mediador” no crescimento interpessoal e profissional dos alunos envolvidos.

Corroborando com esta assertiva, e tomando-se por base o pensamento dos teóricos citados no presente artigo, segundo o qual o aprendizado se potencializa com a interação com os outros e com o meio, o exercício ativo do tutor na educação a distância pressupõe a construção do conhecimento dos discentes, em uma comunidade *online* de aprendizagem, através da denominada interação socioafetiva, entendida como aquela comunicação que contém componentes afetivos tendentes a estimular a participação emancipada, a interatividade e a cooperação dos alunos, e promovendo, entre estes, um processo de troca de informações, percepções e noções de forma integrada e autônoma, constituindo, finalisticamente, uma das suas habilidades essenciais.

A interação colaborativa entre os atores que compõem a educação a distância *online*, deve, portanto, ser cada dia mais estimulada a abarcar todas as etapas do ensino.

Contudo, o presente estudo de caso reforçou o entendimento de que a ausência de critérios teórico-pedagógicos definidos para a avaliação e correção da atividade, ou seu delineamento concomitante à realização do curso e/ou disciplina, entre as quais incluem-se o objeto pedagógico “glossário”, compromete o rendimento atual do discente, bem como o processo de ensino-aprendizagem das etapas posteriores.

Ademais, para a referida atividade, não houve possibilidade de o tutor dar um retorno (*feedback*) para os alunos, criando um ambiente de instabilidade nas relações virtuais, já tão demasiadamente fragilizadas pelo distanciamento imanente a esta modalidade de ensino.

Diante disso, faz-se necessário a implementação de melhorias na operacionalização da plataforma em que o curso/disciplina está sendo ofertado, que inclui maior capacitação do seu corpo técnico ou, quando restar impossibilitado, a escolha de modalidade diferente de objeto pedagógico que não se detenha tão somente em um desempenho numérico. Este deve ser subsidiário à promoção de uma atuação qualitativa e substantiva do aluno, haja vista que a realização e a conclusão de um curso ou disciplina com o devido aproveitamento não só refletirá na sua performance profissional, como também na atuação profissional perante à sociedade.

Por vezes, também ocorre que o professor não responde nem ao aluno, nem ao tutor, ou não modifica a forma da avaliação ou não interage na plataforma como deveria, ficando ambos restritos ao estipulado por aquele, e comprometendo, conjuntamente, o diálogo e a convivência daqueles agentes no ambiente cibernético e o desenvolvimento integral do educando.

A omissão legislativa, aliada à não-participação do tutor nas etapas de planejamento do Projeto Pedagógico do curso ou de suas disciplinas, incluídos nisso os critérios correicionais, podem contribuir para um cenário de incertezas e despreparo na educação a distância brasileira.

A própria formação exigida para que os tutores possam atuar no ambiente virtual de aprendizagem, qual seja, pós-graduação e experiência docente por, no mínimo, um ano, estabelecidas na Resolução citada neste artigo, assim como a contínua capacitação dos profissionais

online, a exemplo do que já vem sendo feito pelo IFPB, os torna aptos à atuação pedagógica conjuntamente com os demais profissionais nos cursos a distância, inclusive para definição de parâmetros avaliativos das atividades desenvolvidas dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Diante disso, demonstra-se imprescindível a colaboração de todos os profissionais da educação a distância para a discussão e a unificação dos critérios para as avaliações dos alunos, em especial do tutor, pois, embora não participe ativamente do planejamento pedagógico do curso, interage mais direta e intensamente com os alunos.

Provavelmente, a atuação cooperativa do tutor com os coordenadores, técnicos e professores em todas as etapas permitiria a valorização do seu trabalho e a conseqüente melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem. Isto inclui a definição de encontros presenciais ou *online* entre aqueles atores, que podem ocorrer através de *chat*, por exemplo, buscando, entre outros objetivos, o estabelecimento ou o aperfeiçoamento de parâmetros para a realização de avaliações formativas e a comunicação ou reparação de falhas no sistema.

Referências

ABIO, G. Reflexões sobre avaliação formativa em um curso da Universidade Aberta do Brasil. *Texto Livre: Linguagem e Tecnologia*, Belo Horizonte, Minas Gerais, v.6, n.1, 2013, pp. 76-92. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/4323/7239>>. Acesso em: 29 mar. 2017.

ARCHER, A.B.; CRISPIM, A.C.; CRUZ, R.M. Avaliação e feedback de desempenho de estudantes na educação a distância. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Bogotá, Colombia, v.34, n.3, 2016, pp. 473-485. Disponível em: <<https://revistas.urosario.edu.co/index.php/apl/article/view/4023/3126>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 29 dez. 2017.

BRASIL. *Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9057.htm>. Acesso em: 26 dez. 2017.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução n.º 36, de 13 de julho de 2009*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000036&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 15 jan. 2018.

BRASIL. *Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

HERMIDA, J.F. *A reforma educacional no Brasil (1998-2001): processos legislativos, projetos em conflito e sujeitos históricos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA. *Projeto pedagógico do curso técnico em segurança do trabalho na modalidade a distância*. João Pessoa-PB, 2013.

JOCOY, C., DIBIASE, D. Plagiarism by Adult Learners Online: A case study in detection and remediation. *International Review of Research in Open and Distance Learning*, Athabasca, Canada, v. 7, n. 1, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.irrodl.org/index.php/irrodl/article/view/242/466>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 2002.

MAIA, M.C., MEIRELLES, F.S. Educação a distância: O caso Open University. *RAE-Eletrônica*, São Paulo: FGV-EAESP, v.1, n.1, jan-jun. 2002.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n1/v1n1a04>>. Acesso em: 30 dez. 2017.

MOODLE. *About moodle*. West Perth, Australia, 2017. Disponível em: <https://docs.moodle.org/27/en/About_Moodle>. Acesso em: 29 dez. 2017.

OLIVEIRA, M.K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento – Um processo sócio-histórico*. São Paulo: Editora Gráfica Ltda., 1993.

PRODANOV, C.C., FREITAS, E.C. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, D.A., SARAMELLI, A. O desafio da aplicação da dialogicidade em questões avaliativas para cursos superiores na modalidade EAD. 21.º Congresso Internacional Abed de Educação à Distância. *Anais eletrônicos...*, Bento Gonçalves-RS, Out. 2015. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_57.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2017.

Como citar este artigo

LUCENA DA COSTA RANGEL, Ana Celecina; RANGEL DA SILVA, Braulio Roberto. Análise de Procedimento Teórico-pedagógico Aplicado à Correção de Atividade em Educação a Distância: Estudo de Caso no Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância*, [S.l.], v. 17, n. 1, jun. 2018. ISSN 1806 - 1362.

Autor correspondente

Ana Celecina Lucena da Costa Rangel
E-mail: anaceluc@gmail.com

Recebido: 25/02/2017

Aceito: 18/04/2018

Publicado: 30/07/2018